



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS-CCJS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO-UAD
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

JAQUELINA MARQUES PESSOA

**ANÁLISE DA DIMENSÃO ÉTICA NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO (A)
ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À SOCIABILIDADE CAPITALISTA**

Sousa

2015

JAQUELINA MARQUES PESSOA

**ANÁLISE DA DIMENSÃO ÉTICA NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO (A)
ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À SOCIABILIDADE CAPITALISTA**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Serviço Social como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em Serviço
Social pela Universidade Federal de
Campina Grande,

Orientadora: Ms. Eliane Leite Mamede
Soares

Sousa
2015

JAQUELINA MARQUES PESSOA

**ANÁLISE DA DIMENSÃO ÉTICA NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO (A)
ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À SOCIABILIDADE CAPITALISTA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal de Campina Grande.

APROVADA EM: _____ de _____ de 2015

BANCA EXAMINADORA

Pro^a. Ms. Eliane Leite Mamede Soares (Orientadora)
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Prof. Ms. Luan Gomes dos Santos de Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG

Maria Ilva Pereira de Souza
Assistente Social

SOUSA
2015

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus, ser supremo e Deus do impossível, que me abençoa, protege e me dar sabedoria para vencer na vida.

Digo também, obrigada aos meus pais, Maria do Socorro Pessoa Marques e Gerivaldo Marques de Andrade, que sempre me incentivaram e sempre me apoiaram em minha caminhada de aprendizado.

A minha filha Camila Thaís que sempre me incentivou e acreditou na minha capacidade.

Ao meu irmão, Jarismar Marques Pessoa, pela força e apoio.

As minhas amigas especiais que fiz durante o curso, com as quais quero preservar esse vínculo tão prazeroso que nos une e pela verdadeira amizade que construímos Maria Luzia e Zizi.

A minha grande orientadora Eliane Mamede, profissional competente que demonstrando seu lado humano respeitou minhas limitações e me deu força para continuar, agindo sempre com paciência, sinceridade e dedicação, me incentivando e mostrando que sou capaz de chegar onde desejo, seu apoio foi fundamental para a construção dessa monografia. Por isso agradeço o empenho dedicado e o carinho demonstrado durante nossas orientações.

Ao meu orientador acadêmico de estágio supervisionado o professor Luan Gomes, pela paciência e pela significativa contribuição para minha formação não só nesse momento que considero imprescindível, mas também no todo do processo de formação.

A toda equipe do CAPSi João Paulo II, pelo acolhimento e respeito dedicado durante o estágio realizado nesta entidade, em especial, a Maria da Conceição Batista, que foi uma excelente supervisora de campo de estágio que se disponibilizou a compartilhar comigo suas experiências e saberes contribuindo assim não só para minha formação acadêmica, mas também para um futuro exercício profissional comprometido com o usuário, enfim agradeço pelo empenho e contribuição para minha formação profissional e pessoal, pois compartilhar é algo que poucos sabem, mas aqui encontrei uma pessoa que me fez admirá-la pela simplicidade e por compartilhar o que sabe sem medo.

Aos colegas de turma, que durante o curso dividiram comigo as dificuldades e os prazeres da vida acadêmica, foi muito importante o convívio com as mais diferentes figuras, de diferentes lugares, possuidores de peculiaridades singulares, mas que me fizeram compreender a importância da vivência de mundo para a construção do sujeito.

Agradeço a todos os professores do Curso de Bacharelado de Serviço Social da UFCG, pela paciência, dedicação e ensinamentos disponibilizados, cada um de forma especial contribuiu para minha formação profissional. A palavra mestre, nunca fará justiça aos professores dedicados que terão meus sinceros agradecimentos.

Por fim quero agradecer a todos que contribuíram direta e indiretamente para que esse trabalho fosse realizado, meu sincero AGRADECIMENTO.

Com a valorização do mundo das coisas, aumenta em razão indireta a desvalorização do mundo humano.

Karl Marx

PESSOA, Jaqueline Marques. **ANÁLISE DA DIMENSÃO ÉTICA NA ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO (A) ASSISTENTE SOCIAL FRENTE À SOCIABILIDADE CAPITALISTA.** Monografia (Serviço Social) Unidade Acadêmica de Direito, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa, 2015. 57 p.

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo refletir, dentro de uma apreciação crítica, a dimensão ética do Serviço Social. Partiu-se, pois, dos fundamentos da ontologia do ser social desenvolvidos por Georg Lukács, nos quais foi possível compreender a ética como construção histórica dos homens, sendo ação concreta realizada a partir de escolhas feitas de forma livre e consciente. O percurso metodológico foi pautado no materialismo histórico dialético tendo em vista captar em sua totalidade os determinantes que envolvem a materialização da ética no exercício profissional do assistente social. Recorreu-se a pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa objetivando alcançar os objetivos propostos. No curso da construção do estudo, foram expostos os fundamentos da ética a partir da ontologia do ser social, em seguida foi apresentada uma discussão acerca das contradições oriundas do capitalismo que vêm provocando o esgarçamento dos valores que perpassam as relações sociais. Também foram abordadas reflexões sobre a gênese do Serviço Social e a imanente ética mediante uma análise crítica acerca dos fundamentos dos Códigos de Ética que direcionaram a prática dos assistentes sociais, destacando os impasses encontrados pelo profissional para efetivar a materialização do Código de 1993 frente a uma conjuntura de precarização das condições objetivas e subjetivas de trabalho. Enfim, este estudo possibilitou uma compreensão acerca dos valores emancipatórios que devem perpassar a prática do assistente social, bem como explorou as diversas formas de desumanização e coisificação das relações humanas instituídas pela lógica neoliberal.

Palavras chave: Dimensão ética. Serviço Social. Sociabilidade capitalista.

PERSON Jaquelina Marques. **ANALYSIS SIZE ETHICS IN PRACTICE PROFESSIONAL (A) SOCIAL WORKER FRONT OF THE CAPITALIST SOCIABILITY.** Monograph (Social Service) Academic Law Unit, Federal University of Campina Grande, Sousa, 2015. 57 p.

ABSTRACT

This work aims to reflect, in a critical appreciation, the ethical dimension of Social Work. Broke therefore the foundations of ontology of social being developed by Georg Lukács, in which it was possible to understand ethics as historical construction of men, and concrete action carried out from choices made freely and consciously. The methodological approach was guided on historical dialectic materialism in order to capture in full the determinants involving the realization of ethics in the practice of social worker. The literature of qualitative approach in order to reach the proposed objectives we used. In the course of construction of the study, the foundations were exposed ethics from the ontology of social being, then was presented a discussion of the contradictions arising from capitalism that have led to the unraveling of the values that underlie social relations. Reflections on the genesis of Social Service and the immanent ethics through a critical analysis about the foundations of ethics codes that directed the practice of social workers were also discussed, highlighting the impasses found by the trader to effect the realization of the 1993 Code to a front precarious situation of the objective and subjective conditions of work. Finally, this study enabled an understanding of the emancipatory values that should pervade the practice of social worker and explored the various forms of dehumanization and objectification of human relations established by neoliberal logic.

Keywords: Ethical dimension. Social Service. capitalist sociability

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABAS	Associação Brasileira de Assistentes Sociais
ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPSi	Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CE	Código de Ética
CFAS	Conselho Federal de Assistentes Sociais
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CRAS	Conselho Regional de Assistentes Sociais
PEPSS	Projeto Ético Político do Serviço Social
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

Sumário

INTRODUÇÃO	11
CAPITULO 1: PARÂMETROS ONTOLÓGICOS E SOCIAIS DA ÉTICA NO SERVIÇO SOCIAL	14
1.1 Fundamentos da Ética no Serviço Social à luz da Ontologia do Ser Social	17
1.2 A Ética na complexidade do capitalismo: contradições e dilemas	21
CAPITULO 2: A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL E A INERENTE CONFIGURAÇÃO ÉTICA: UMA REFLEXÃO HISTÓRICO-CRÍTICA COM ÊNFASE NOS PRESSUPOSTOS DOS CÓDIGOS DE ÉTICA	25
2.1 Percursos históricos dos Códigos de Ética do Serviço Social de 1947, 1965 e 1975	26
2.2 Os Códigos de Ética de 1986 e 1993: o ressurgimento da crítica concreta ao conservadorismo profissional	35
CAPITULO 3: O PROCESSO DE MATERIALIZAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À SOCIEDADE CAPITALISTA: IMPASSES E EXIGÊNCIAS	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS	54

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, cujo exercício profissional é perpassado por uma ação interventiva voltada ao enfrentamento das expressões da “questão social”, inerentes à sociedade capitalista. Atualmente, essa prática vem sendo direcionada por um projeto ético-político profissional que traz como princípios éticos fundamentais a defesa intransigente dos direitos humanos, ampliação e consolidação da cidadania, posicionamento em favor da equidade e justiça social, empenho na eliminação de todas as formas preconceito e discriminação, dentre outros. Cabe salientar que, para efetivar uma prática profissional pautada em tais princípios se faz necessário “[...] o reconhecimento da arena sócio-histórica que circunscreve o trabalho do assistente social na atualidade, estabelecendo limites e possibilidades à plena realização daquele projeto.” (Iamamoto, 2008, p. 230).

O profissional de Serviço Social fundamenta a sua atuação nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, cujo tripé supõe ser trabalhado sob a perspectiva de unidade a fim de alcançar uma intervenção com competência que responda às demandas sociais. Inclusive, o pressuposto da unidade entre as dimensões da prática profissional é um “divisor de águas” entre a lógica formal-abstrata¹ e a lógica crítico-dialética². Logo percebemos que a diferença entre elas se encontra na forma como é tratada a realidade, ou melhor, no primeiro caso a mesma é dita como algo abstrato, já no segundo, ela é dita como objeto concreto e, portanto, passível de interferência.

O presente estudo está ancorado, especialmente, em reflexões e discussões acerca da dimensão ético-política do Serviço Social, tendo em vista estabelecer uma interlocução crítica com a literatura profissional brasileira. Essa dimensão ganhou

¹Conforme explicita Guerra (2000, p. 10) a racionalidade burguesa é a racionalidade predominante que está subjacente às formas de ser, pensar e agir na ordem social capitalista. Ela possui duas características fundamentais: o formalismo e a abstração. Ela é a lógica necessária à manutenção da ordem social e tem no positivismo sua mais alta expressão.

²Já no que se refere ao raciocínio crítico-dialético segundo Marx, a dialética afirma a unidade inseparável entre a realidade objetiva e o sujeito que pensa e atua sobre essa realidade. Não se pode separar a teoria da prática, o dizer do fazer, a realidade do pensamento, o objeto do sujeito, nem o conhecimento da ação. A dialética de Marx é crítica e revolucionária porque considera e aborda toda realidade como histórica e transitória. (Kohan, 2015, p. 4).

visibilidade durante o processo de renovação do Serviço Social com a inserção, no debate teórico-metodológico, da matriz marxista. Reconhecer essas dimensões e a relação de unidade entre elas vem sendo fundamental no seio do Serviço Social.

Nesse sentido, o recorte a ser privilegiado refere-se às particularidades da dimensão ética do Serviço Social, tal escolha foi feita por entender que a dimensão ética nos permite compreender os limites e as possibilidades de atuação profissional frente aos desafios postos pelo contexto societário vigente.

Grosso modo, o Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993) representa a dimensão ética da profissão, de caráter normativo e jurídico que apresenta parâmetros para o exercício profissional, define direitos e deveres dos assistentes sociais, tendo em vista legitimar o significado social da profissão e contribuir na garantia da qualidade dos serviços prestados, expressando a renovação e o amadurecimento teórico-político do Serviço Social.

Essa estrutura, de acordo com Barroco e Terra (2012, p. 53), requer um suporte teórico que assegure a fundamentação da concepção ética e dos valores ético-políticos, dando sustentação ao conjunto de suas prescrições. Na elaboração do Código de Ética de 1993, tal apoio foi buscado nas bases ontológicas da teoria social de Marx, cujos alicerces confirmam a extrema importância desse tratamento ontológico da ética, pois possibilita a compreensão da atuação ética enquanto capacidade específica do homem. A teoria social de Marx e sua herança, com destaque para o pensamento do filósofo Georg Luckács, passaram a influenciar o Serviço Social, sobretudo, nos anos 1990, se expressando no Código de Ética de 1993.

O estudo acerca da dimensão ética do Serviço Social é bastante relevante, pois o assistente social é um profissional que realiza uma prática que intervém diretamente na vida social do homem, o que pode ocasionar mudanças na realidade do mesmo. Desse modo, é necessário que sua ação esteja fundamentada em valores que contribuam para a construção de uma relação de respeito e confiança entre profissional e usuário, constituindo-se em uma prática competente e eficiente no atendimento das demandas advindas da população que recebe seus serviços.

Para a construção desse estudo foi realizada uma pesquisa bibliográfica entre autores que discutem a dimensão ético-política do Serviço Social, o que possibilitou uma reflexão ampliada acerca do tema. Nesse sentido, propomos uma análise apoiada na teoria social crítica, pautando-se numa abordagem histórica e dialética

do objeto de estudo, com a finalidade de buscar captar em sua totalidade os determinantes que envolvem a materialização da referida dimensão pela prática profissional do assistente social.

O presente trabalho encontra-se estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo discorremos acerca dos fundamentos ontológicos da ética, inscrita em uma perspectiva ética racionalista, crítica e histórica; passando em seguida para uma reflexão dos modos de ser da ética diante da conjuntura imposta pela sociedade capitalista.

No segundo capítulo abordamos a trajetória histórica da dimensão ética no Serviço Social mediante o exame dos seus correspondentes Códigos de Ética, os quais regulamentam o exercício profissional de acordo com cada contexto histórico e as particularidades ídeo-política inerente aos Códigos. Prosseguimos com a crítica ao conservadorismo ético-político que se estende aos primeiros Códigos de Ética, anteriores ao Código de 1986, abordando o processo de ruptura com o conservadorismo tradicional da profissão, que culminou na construção de um projeto profissional hegemônico, que direciona o exercício do assistente social imbuído por valores emancipatórios, coroado pelo Código de 1993.

No terceiro capítulo dissertamos acerca das dificuldades enfrentadas pelo assistente social no decorrer do seu exercício profissional para se efetivar a materialização do Código de Ética de 1993 frente à sociabilidade capitalista. Para tanto, apresentamos relatos oriundos da experiência vivenciada no momento do Estágio Supervisionado, associados às ideias de autores que discutem as demandas éticas que permeiam o trabalho profissional, bem como os desafios postos à materialização da ética profissional, no âmbito de suas possibilidades históricas. No tocante aos impasses demos ênfase às condições objetivas e subjetivas de trabalho que limitam a atuação profissional e alimenta o processo de comercialização do ensino superior que acarreta em uma formação fragilizada, aligeirada e desprovida de criticidade.

Cabe ressaltar, ainda, que este estudo pretende contribuir com o processo de maturação acadêmica e intelectual do Serviço Social brasileiro, no sentido de expressar um diálogo com a produção científica seguidora da dimensão ético-política racional, crítica e histórica, que supõe proporcionar condições fundamentais a uma reflexão de ponta.

CAPÍTULO 1 – PARÂMETROS ONTOLÓGICOS E SOCIAIS DA ÉTICA NO SERVIÇO SOCIAL

Na sociedade capitalista observamos que o Serviço Social é uma profissão que desenvolve uma atividade especializada que dispõe de particularidades na divisão sócio-técnica do trabalho, que requer fundamentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, os quais supõem ser materializados, de modo indissociável, mediante a atuação dos assistentes sociais nos diferentes espaços em que os mesmos atuam.

De acordo com a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (1996),

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permitem ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. (ABEPSS, 1996, p. 13).

Por se tratar de uma profissão de caráter interventivo, o Serviço Social se materializa através das ações práticas que o assistente social realiza no cotidiano do seu exercício profissional, nos diversos espaços sócio-ocupacionais que exigem desses profissionais habilidades e competências, no sentido de utilizar-se de maneira articulada as dimensões da intervenção profissional e incorpore os avanços teóricos, metodológicos, éticos, políticos e técnico-operativos, acumulados nas últimas décadas.

Especificamente, a dimensão teórico-metodológica, cujo alicerce está centrado na teoria social crítica, permite ao profissional efetivar uma ação que vá além da aparência dos fenômenos, buscando apreender a essência de determinada realidade ou objeto de estudo e, com isso, realizar uma prática concreta à luz da perspectiva analítico-crítica. Cabe notar que, durante sua atuação, enquanto base para o seu direcionamento profissional, o assistente social, comumente, precisa realizar uma investigação mediante a análise dos determinantes específicos de cada realidade para, em seguida, chegar a um nível de totalidade da situação.

Outra dimensão que compõe esse tripé indissociável do exercício profissional do assistente social é a dimensão técnico-operativa, a qual incorpora o debate sobre os instrumentos e técnicas da profissão, entendendo que os mesmos constituem uma relação de unidade na diversidade, sendo os instrumentos os potencializadores das intencionalidades teórico-políticas para a efetivação da ação, assim como são elementos direcionados ao alcance de finalidades. Já a técnica está associada à habilidade no uso do instrumento; é como uma qualidade atribuída aos instrumentos. Ambos são imprescindíveis para a concretização do exercício profissional, desde que situados no próprio projeto profissional, na própria instrumentalidade da profissão. (Santos; Noronha, 2011)

Cabe ressaltar que no momento em que o assistente social vai realizar a escolha do instrumento, técnica, estratégia ou procedimento, é preciso que o mesmo tenha consciência da intencionalidade que se investe no processo. Segundo Pires (2005, p. 60):

[...] O instrumental técnico não indica esquemas ou modelos rígidos e pré-estabelecidos que se mostram sob uma capa de neutralidade política. Sua utilização demanda obrigatoriamente seleção, adaptação e/ou aprimoramento à luz da perspectiva teórico-metodológica e política do agente profissional, assim como dos determinantes específicos da realidade ou situação particular enfrentada e dos objetivos mediatos e imediatos da ação profissional.

Seguindo essa linha de raciocínio, percebemos que o profissional, na escolha do instrumental técnico, precisa buscar a adequação do mesmo à situação que irá intervir, para que tal intervenção aconteça de forma efetiva e coerente com a realidade e suas demandas e, para tanto, leve em conta os seus determinantes específicos e as finalidades da ação. Desse modo, entendemos que a escolha dos instrumentos não é, de maneira alguma, neutra nem supõe caráter apolítico em seu uso, pois a escolha dos instrumentos necessários à operacionalização de um resultado requer, também, uma dimensão ético-política.

A dimensão ético-política, por sua vez, estimula os assistentes sociais a desenvolverem uma atuação profissional mais crítica, vinculada aos movimentos sociais em prol da busca de alianças na construção das condições capazes de instituir uma cultura democrática e de respeito os direitos historicamente conquistados pelas classes excluídas do acesso às riquezas socialmente produzidas. (Guerra, 2005, p. 9-10). É a dimensão que consolida os valores e

princípios legitimados no atual Código de Ética que indica, dentre outros direcionamentos, a necessidade de um posicionamento frente ao usuário despidido de qualquer espécie de preconceito e discriminação, respeitando as limitações e as potencialidades da população usuária.

O Código de Ética de 1993 elege como princípios fundamentais que nortearão a prática dos assistentes sociais

[...] a liberdade, a democracia, a equidade, a justiça social, o empenho na eliminação de todas as formas de preconceitos e discriminação por questões de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física, incentivando o respeito à diversidade, à discussão das diferenças e a garantia do pluralismo. (BARROCO, 2003, p.26).

Nestes termos, percebemos que o profissional do Serviço Social realiza uma prática pautada por princípios que requerem do mesmo um agir ético.

Diante do exposto, compreendemos que uma atuação competente do ponto de vista teórico-metodológico precisa necessariamente está articulada a firmeza ético-política que possibilita apreender o alcance e direcionamento dessa atuação. O manuseio adequado de instrumentos e técnicas próprio da prática dos assistentes sociais, muitas vezes, é defendido como prova de competência profissional, no entanto, podemos afirmar que somente uma clara indissociabilidade entre as três dimensões – teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa – pode potencializar uma intervenção que ultrapasse o imediatismo e busque de forma coletiva – com os demais agentes institucionais – uma problematização ampliada da intervenção como resposta às demandas dos usuários e da própria instituição. (Assis, 2012, p. 4-5).

Em virtude da escolha da temática desse estudo ser a dimensão ético-política do Serviço Social, o recorte a ser privilegiado refere-se às particularidades da dimensão ética do Serviço Social na contemporaneidade, cujos fundamentos estão ancorados nas bases dos pressupostos ontológicos fundamentais de Marx. Tais pressupostos ratificam que “é pela apropriação do processo de constituição histórica do ser social que uma ética fundada ontologicamente pode ser compreendida.” (Barroco, 2009a, p. 195).

Passemos, então, a reflexão sobre a ontologia do ser social de aporte marxiano, cuja adesão a essa direção teórico-prática é afirmada pelo Serviço Social

no atual Código de Ética da profissão, quando em sua introdução assume um compromisso com a universalidade, com a liberdade, com a democracia e com valores fundamentais do trabalho.

1.1 Fundamentos da Ética no Serviço Social à luz da Ontologia do Ser Social

A perspectiva ética no Serviço Social é racionalista, crítica e histórica, orientada pela teoria social de Marx e pela tradição a ele vinculada, especialmente a ontologia social de Georg Lukács.

Segundo Barroco (2010a, p. 16), “para chegarmos aos fundamentos da ética devemos passar pelos fundamentos do ser social”. Ou seja, a ética supõe a compreensão do seu sujeito, não cabendo, portanto, na perspectiva de análise sócio-histórica, tratá-la apenas como teoria. Desse modo, a ética não é aqui entendida apenas como conhecimento. Além de reflexão e sistematização filosófica, ela é concebida, antes de tudo, como práxis³ ou, nas palavras de Lukács, como “uma parte de práxis humana em seu conjunto”. A partir dessa compreensão, a ética diz respeito à prática social de homens e mulheres, em suas objetivações na vida cotidiana e em suas possibilidades de conexão com as exigências éticas conscientes da genericidade humana.

Diante do exposto, a ética é compreendida como uma construção histórica dos homens, não é tratada apenas como teoria ou conhecimento. Ela é entendida como modo de ser socialmente determinado— tem sua gênese no processo de *autoconstrução do ser social*. Sob esse prisma de análise social e histórica, entende-se que o ser social surge da natureza e que suas capacidades essenciais são construídas por ele no seu processo de humanização: ele é *autor e produto de si mesmo*, o que indica a historicidade de sua existência. (Barroco, 2010a, p. 20)

O trabalho é a categoria fundante do ser social, visto que é através deste que o homem ao transformar a natureza para atender suas necessidades transforma também a si mesmo, pois desenvolve suas capacidades intelectivas, ou seja, ao

³A práxis é entendida não como mera atividade da consciência (embora seja este elemento fundamental em uma sociedade em que o trabalho é alienado), mas sim como atividade material do homem social, que reconhece e pretende não apenas a interpretação de si e do mundo, mas também sua transformação (VÁZQUEZ, 1977 *apud* SARMENTO, 2011).

adquirir novas habilidades e produzir seus instrumentos de trabalho ele aumenta sua carga de conhecimento. Em termos genéricos, “o trabalho é, antes de tudo, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades [...]” (Barroco, 2010a, p. 21).

Conforme traz lamamoto (2011, p. 349), “[...] sendo o trabalho a atividade vital específica do homem, ele mediatiza a satisfação de suas necessidades pela transformação prévia da realidade material, modificando a sua forma natural”. Logo o homem através do trabalho realiza uma prática concreta e consciente promovendo uma transformação não só da natureza, mas também de si mesmo, satisfazendo necessidades sociais a partir do seu processo de trabalho.

O trabalho não se realiza sem a capacidade teleológica do homem, ou seja, sem a projeção ideal de *finalidades* e dos *meios* para a sua efetivação, sem um determinado grau de *cooperação*, de certas formas sociais de *comunicação*, tal como a *linguagem* articulada, sem um nível de *conhecimento* e de *domínio sobre a natureza*, entre outros aspectos. Portanto, não existe trabalho sem a projeção ideal do que será realizado praticamente. “Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem.” (Marx, 1980). É por demais conhecida aquela passagem de *O capital*, onde Marx diferencia o pior arquiteto da melhor abelha: aquele “obtem um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente.” (Barroco, 2010a, p. 24).

Observamos que o homem ao transformar a natureza produz um resultado antes inexistente: um produto material que responde a necessidades sociais e as recria em condições históricas determinadas. Vale salientar que é através do trabalho que sendo desenvolvido como práxis social o homem vai produzindo elementos como sociabilidade, consciência, liberdade que refletem o processo de humanização do homem.

Desse modo, a sociabilidade é algo essencial do indivíduo, sendo que a mesma é tida como elemento imanente a todas as atividades humanas, isto porque, tais atividades proporcionam ao homem relacionar-se com outros homens de forma individual e social, estabelecendo formas de comunicação, como a linguagem, os modos de intercâmbio e de reciprocidade social, que tornam possível o reconhecimento dos homens entre si como seres de uma mesma espécie, que partilham uma mesma atividade e dependem uns dos outros para realizar determinadas finalidades. Cabe notar que essa sociabilidade encontra-se presente

ainda nas respostas que o sujeito cria para atender não só sua necessidade individual, mas a necessidade de outros sujeitos, ocasionando assim uma interferência na sociedade. Com isso, percebemos que o homem sai de sua singularidade para instituir uma conexão com o humano genérico, ou seja, através da sociabilidade, uma atividade realizada por um sujeito particular, pode ter uma abrangência universalizante.

Percebemos ainda que no decorrer do processo de autoconstrução do homem, encontra-se a consciência considerada uma mediação primária da vida social, isto porque só o homem possui a capacidade de idealizar um objeto em sua mente antes mesmo de construí-lo, conforme afirma Barroco (2010a, p. 24) “[...] a consciência é uma capacidade específica do homem: só ele é capaz de responder seus carecimentos formulando novas perguntas e projetando finalidades”.

No tocante a liberdade esta se origina da práxis humana, quando o homem cria alternativas e possibilidades de escolher entre estas e atribui valores nas suas transformações. Em face do exposto observamos que a liberdade é compreendida por Barroco (2010a, p. 27-28) como “capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade e capacidade prática de criar condições para a realização objetiva das escolhas e para que novas escolhas sejam criadas”. Logo se percebe que a liberdade é exercida pelo homem através do ato de escolher, sendo esta escolha feita de forma consciente e tida como possibilidade concreta.

Brites e Barroco (2000, p. 21) compreendem que:

[...] a liberdade que funda o agir ético não é um valor abstrato; para que a liberdade exista, é preciso que os homens tenham, objetivamente, condições sociais de intervir conscientemente na realidade, transformando seus projetos ideais em alternativas concretas de vivência da liberdade.

A liberdade, portanto, não é algo dado por natureza, e nem sequer uma parte integrante do ser humano. É o produto da própria atividade humana, envolve a capacidade de escolha consciente dirigida a uma finalidade, bem como capacidade prática de criar condições para a realização das escolhas e para que novas escolhas sejam criadas.

Partindo da assertiva de que o ser social é livre porque pode construir alternativas para então escolher conscientemente entre elas, é interessante notar

que após criá-las o homem passa a valorá-las segundo a utilidade que esta representa. Conforme explica Barroco (2010a, p. 26):

Uma vez criadas, as alternativas passam a ser valoradas pelos homens, pois os objetos da natureza que foram selecionados por sua utilidade social (a pedra redonda, a madeira fina ou mais fácil de trabalhar) são avaliados em função do trabalho, das necessidades sociais, ou seja, suas propriedades naturais só têm valor para o homem na relação estabelecida com suas necessidades.

Seguindo esse raciocínio, o filósofo Luckács fundamenta seu pensamento no tocante a ética considerando-a mediação para a emancipação humana. Conforme Lopes (2006, p. 64),

[...] a ética para Lukács é concebida como uma ação prática e teleológica dos homens que estarão agindo eticamente quando superam a própria particularidade e se elevam ao para-si, cujo fundamento é a liberdade de escolha entre as diversas alternativas.

Diante do exposto observamos que a ética lukasiana é algo que ultrapassa a abstração, sendo concretizada no decorrer da ação humana, seja esta individual ou social. Em outros termos, o homem através da consciência realiza escolhas que podem ser boas ou ruins, as quais serão refletidas na vida social do sujeito, cujo espaço se cria as possibilidades de realização de tais escolhas.

Em consonância com o pensamento apresentado pelo filósofo, a autora Barroco (2010b, p. 19) define ética “como uma capacidade humana posta pela atividade vital do ser social; a capacidade de agir conscientemente com base em escolhas de valor, projetar finalidades de valor e objetivá-las concretamente na vida social, isto é, ser livre”.

Percebemos, pois, que a ética é algo que se torna concreta a partir da ação humana, sendo essa ação realizada através de escolhas feitas de forma consciente em que se atribui valores às mesmas. Desse modo, tal processo é necessário em todos os aspectos da vida do sujeito, visto que o homem vive em sociedade e constrói diariamente relações sociais e pessoais, que supõem ser perpassada por atitudes éticas.

Cabe frisar ainda que ao atribuir valores a suas escolhas o ser humano as imbui de características, ou melhor, de sentimentos, de pensamentos próprios,

demonstrando assim sua liberdade de escolher entre o que é bom ou ruim, no entanto, não se pode esquecer, de avaliar a efetividade da escolha no decorrer do desenvolvimento da ação que será concretizada.

Contudo, na sociedade capitalista, o homem encontra inúmeras dificuldades para aplicar essa liberdade, isto porque nessa sociedade a ação do homem encontra-se limitada ao atendimento dos interesses e de valorização do capital.

1.2 A Ética na complexidade do capitalismo: contradições e dilemas

Refletir e problematizar a ética na sociedade contemporânea exige uma compreensão das contradições que perpassam o quadro problemático desse modelo societário, cujo sistema social funciona em regime de exploração e dominação, envolve um modo de produção que se realiza de forma coletivo, em que a sua apropriação acontece de forma privada e desigual. Logo esse sistema de produção apresenta como marcos à propriedade privada e à acumulação, provenientes da expropriação da riqueza socialmente produzida pelo trabalhador, gerando assim uma sociedade cada vez mais desigual e desumana.

Tendo como referência o pensamento marxiano, guiamo-nos pelo reconhecimento crítico do modo de produção capitalista que também é uma forma de reprodução da vida social, de construção de uma sociabilidade intermediada pela mercadoria, que tem por marcos a propriedade e a acumulação provenientes da expropriação da riqueza social produzida pelo trabalhador. Portanto, uma sociedade desigual e violenta. (SARMENTO, 2011, p. 212).

Sendo assim, percebemos que essa sociedade, marcada pela incerteza, desigualdade e violência, encontra-se distinguida, dentre outros determinantes, pelo individualismo, pela competitividade e insensibilidade em que os valores parecem estar se esgarçando no curso das teias das relações sociais (e pessoais), as quais fazem parte da vida do ser humano. Isso porque o capitalismo tem propagado o aumento da desigualdade social, da degradação e mercadorização da vida humana, pois cada vez mais se incentiva não só o individualismo e a apatia, mas também a competição que leva às pessoas a se despirem de valores emancipadores e de

respeito para com o outro e para com a própria natureza, os quais foram construídos historicamente pela humanidade.

Ademais, cabe frisar que a lógica do capital ultrapassa a esfera da economia e atinge as relações pessoais, que passam a ser construídas em prol do atendimento de interesses de grupos específicos, particulares, tornando-se superficiais os valores de emancipação, liberdade humana e radicalização da democracia.

No tocante ao individualismo, Barroco (2011, p. 206) acentua que, “[...] o capitalismo cria incessantemente necessidades que levam os indivíduos a se isolarem e se individualizarem por meio de seus objetivos pessoais: “seu” quarto, “seu” computador, “seu” automóvel, condição que tem se aprofundado de forma espetacular na vigência da ideologia neoliberal”. Conforme essa autora, o capitalismo cria estratégias que ocasionam o aumento das vendas e conseqüentemente o aumento da margem de lucro, pouco se importando com o que está causando nos indivíduos, sendo que, uma dessas estratégias é o uso da mídia que possui uma margem de alcance inestimável, que inculca na mente da população um desejo desenfreado por compras, atendendo assim sua finalidade maior: o lucro.

Além do desejo de comprar, a mídia vem contribuindo, sobretudo, na disseminação do medo mediante imagens ao vivo em

[...] cenários de espetáculos e tragédias reais, que nos aproxima a tal ponto de confundirmos os sentimentos humanitários, despertados pela sensibilidade, para banalizarmos as situações, como espetáculo de consumo. Em ambas as situações, o medo penetra em nossos lares, reduzindo as possibilidades de uma razão crítica que liberte, que vislumbre possibilidades. (SARMENTO, 2011, p. 2013).

Essas são algumas das expressões do contemporâneo, as quais reforçam a clausura espacial e temporal da humanidade, e intensifica o isolamento, bases para o individualismo.

Em face do exposto, Barroco (2011, p. 209) compreende que, “[...] todos os valores oriundos da sociabilidade burguesa e do *ethos* burguês, como o consumismo e a competição, se apoiam, portanto, no princípio da propriedade privada, incorporado pelos indivíduos como sinônimo da felicidade, de liberdade, de realização pessoal”. Tal pensamento é reforçado através das atitudes, por exemplo, da população pauperizada que mesmo dispendo de poucas condições financeiras,

muitas vezes em nome dessa “realização pessoal” acaba se endividando para consumir produtos considerados supérfluos. Com isso, percebemos uma preocupação maior em ter a posse de objetos do que com a manutenção das relações humanas que são deixadas em segundo plano, privilegiando a construção do “ter” em detrimento do “ser”.

No tocante a competição, esta é bem visível nos espaços de trabalho, haja vista os capitalistas disseminarem um discurso onde o trabalhador deve produzir sempre mais, instigado pela exigência por qualificação, onde o trabalhador deve dispor de várias habilidades técnicas e de bom relacionamento e comportamento produtivo. Para tanto, utilizam-se da estratégia de “funcionário do mês”, fazendo com que o trabalhador se esforce ao máximo para conseguir esse prêmio, que lhe assegura a preservação do emprego. Cabe frisar que esse clima de competição, acaba minando o espaço dos valores da vida das pessoas, pois muitas delas os esquecem na hora de prejudicar e tirar proveito do outro. É neste ponto que as relações que se constrói na cotidianidade da vida e do trabalho vêm sendo reduzidas ao conflito, fraturando a solidariedade, o reconhecimento de classe, a empatia.

É interessante ressaltar também a visualização constante da troca do “ser” pelo “ter”, ou seja, cada pessoa vale o que tem ou possui, em termos financeiros, onde o ser humano acaba tendo seu valor determinado em cifras, bem como, a partir do que possui é revelado o seu reconhecimento perante a comunidade.

Ivo Tonet, em seus estudos sobre Ética e Capitalismo traz uma interessante discussão acerca da ruptura existente entre a lógica capitalista e os valores éticos anunciados na sociedade contemporânea:

[...] uma é a lógica do ser, a outra é a lógica do dever-ser. A um ser que vai no sentido de tratar tudo, inclusive os indivíduos, como coisas, opõe-se o dever de tratar os indivíduos como fim. A um ser que se move no sentido cada vez mais individualista, opõe-se o dever de ser solidário. A uma realidade objetiva que está nucleada, cada vez mais, pelo interesse privado, se opõe o dever de preocupar-se com o interesse público, com o bem comum. (2007, p. 6)

Ao seguir a linha de raciocínio do autor, percebemos que na sociedade atual o que se vivencia é uma realidade contraditória no sentido de que a todo o momento ouve-se falar em valores voltados para o desenvolvimento de uma sociedade

harmoniosa, justa e solidária, no entanto, a lógica capitalista não permite a efetividade desses valores, visto que, para sobreviver neste ambiente é necessário que os indivíduos se adéquem as exigências que lhes são impostas. No tocante ao seu modo de vida, ou seja, a vida cotidiana dos sujeitos é regrada pela lógica do capital que exige destes um comportamento cada vez mais individualista e apático. Com isso os valores éticos tornam-se vazios e frágeis, assumindo, sobretudo, a função de permitir a reprodução do capital, sem deixar que suas contradições internas sejam perceptíveis.

Estes são dilemas e paradoxos da sociedade contemporânea que expressam contradições e complexidades que, por isto, precisam ser conhecidos em seus fundamentos éticos, que mais se revelam em desvalores ao invés de valores, que tendem a favorecer a apatia e a perda de sentido da potencialidade e emancipação humana.

CAPÍTULO 2 – A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL E A INERENTE CONFIGURAÇÃO ÉTICA: UMA REFLEXÃO HISTÓRICO-CRÍTICA COM ÊNFASE NOS PRESSUPOSTOS DOS CÓDIGOS DE ÉTICA

Para a discussão do tema deste capítulo, iniciaremos voltamos à atenção para as mudanças pelas quais o Serviço Social perpassou durante seu processo de profissionalização e legitimação profissional. A análise terá como ênfase os pressupostos sócio-históricos e teórico-filosóficos que comportam a compreensão ética em cada período histórico vivenciado pela profissão.

Essa construção pretende adensar também as iniciativas da profissão voltadas à construção e consolidação do projeto profissional de oposição ao conservadorismo profissional no universo do Serviço Social, em suas formas tradicionais e reatualizadas, com vistas à defesa dos princípios e valores inscritos no Código de Ética Profissional que se fundamenta em uma perspectiva ética racionalista, crítica e histórica, orientada pela teoria social de Marx e pela tradição a ele vinculada.

Entendemos que os Códigos de Ética representam o estabelecimento de orientações profissionais esperadas quanto às práticas referendadas pela respectiva categoria profissional e pela sociedade, objetiva fomentar a auto-reflexão requisitada de cada indivíduo acerca da sua práxis, de maneira a responsabilizá-lo, pessoal e coletivamente, por ações e suas consequências no exercício profissional. Desse modo, como explicita Barroco (2009a, p. 206), os Códigos de Ética constituem-se em um conjunto de valores e princípios, normas morais, direitos, deveres e sanções, orientador do comportamento individual dos profissionais, dirigido à regulamentação de suas relações éticas com a instituição de trabalho, com outros profissionais, com os usuários e com as entidades da categoria.

Diante do exposto percebemos que os Códigos de Ética do Serviço Social são instrumentos que orientam a prática profissional do assistente social, perpassando por todas as relações presentes no cotidiano deste profissional. Sendo assim observamos que estão presentes nos Códigos de Ética os elementos que envolvem todo o contexto histórico da profissão, interpretados e absorvidos pela categoria a partir da apropriação teórica e da realidade de determinado contexto.

Esses elementos norteiam a direção social da profissão, no enfrentamento das expressões da questão social como também no posicionamento ídeo-político.

2.1 Percurso histórico dos Códigos de Ética do Serviço Social de 1947, 1965 e 1975

Historicamente, o Serviço Social no Brasil teve origem por volta de 1930, período marcado pelo início do processo de industrialização e urbanização do país. Neste momento a profissão recebe forte influência da doutrina social da Igreja Católica, em âmbito de formação, prática e discurso de seus agentes, pois tinha como suporte a corrente filosófica predominante do neotomismo que trazia como princípios, dentre outros, a dignidade da pessoa humana e o bem comum. De acordo com esta corrente todos, independente de serem ricos ou pobres, deveriam fazer a vontade de Deus, promovendo a caridade e a harmonia para assim aproximar-se dele. Cabe-nos citar também a indubitável influência franco-belga vigente na formação e atuação das primeiras assistentes sociais.

É interessante ressaltar que nesse período a Igreja encontrava-se com relações próximas ao Estado capitalista desenvolvendo estratégias que favoreciam a legitimação dos setores dominantes, dentre as quais podemos destacar a alegação da não ocorrência de exploração do trabalhador, uma vez que este recebia salário pela venda da sua força de trabalho, também defendia a existência da propriedade privada, pois segundo a Igreja, Deus concedeu a terra a todo gênero humano e partia de cada um possuí-la ou não. Esses posicionamentos da Igreja correspondiam à resposta ao contexto da época, defendendo a propriedade privada e fazendo referência à organização do Estado e da sociedade como correspondentes à vontade divina.

No que se refere ao processo de industrialização e urbanização do país, este trouxe para os trabalhadores péssimas condições de trabalho e moradia: jornada de trabalho excessiva, salários baixos, gerando entre a classe trabalhadora o sentimento de revolta. Diante disso a classe trabalhadora começa a protestar e reivindicar direitos e mudanças nas condições de trabalho, toda essa conjuntura contribuiu para a institucionalização do Serviço Social que deixa de realizar uma

prática meramente caritativa para realizar um exercício voltado à manutenção da ordem capitalista pela via de um perfil potencialmente adequado a atividades educativas, de cunho moralizador, imediatista e acrítico.

Nesse sentido, a gênese do Serviço Social, enquanto prática profissional assalariada vinculava-se à necessidade de prática assistencial distinta daquelas que caracterizaram as suas protoformas. A emergência dessa profissão resulta de alterações inerentes ao modo de produção capitalista com coadjuvação do projeto de recuperação da hegemonia ideológica do bloco católico. Conforme afirma Iamamoto e Carvalho (2011, p. 27), a prática institucional do Serviço Social, demandada pela classe capitalista e por seus representantes no Estado para intervir junto aos trabalhadores, é apreendida como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social e na difusão da ideologia dominante.

Em face do exposto observamos que o Serviço Social emerge a partir da necessidade de atendimento da demanda social advinda do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista, sendo vista como uma atividade mediadora da relação entre classe dominante e classe trabalhadora. Cabe notar também que o Serviço Social é a profissão que irá intervir no enfrentamento das expressões da “questão social”⁴ presentes na sociedade capitalista, mediante a perspectiva moralizadora das mesmas.

Percebemos, pois, nesse momento o desenvolvimento de uma prática ideologizante na defesa da reprodução da força de trabalho, onde o discurso dos assistentes sociais era de culpabilização do indivíduo por, porventura, este não se adaptar ao modo de produção capitalista, sendo o mesmo considerado um desajustado. Ao manifestar-se contrário a ordem capitalista deveria passar por um processo de ajustamento às normas sociais estabelecidas pela sociedade. Nesse sentido ao individualizar os problemas sociais, estes se transformavam em problemas de ordem psicológica, assim como explicita Netto (2009a, p. 41):

⁴Conforme IAMAMOTO questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. (2001, p.10).

A individualização dos problemas sociais, sua remissão à problemática singular ('psicológica') dos sujeitos por ela afetados é, como vimos, um elemento constante, embora com gravitação variável, no enfrentamento da 'questão social' na idade do monopólio; ela permite – com todas as consequências que daí decorrem – psicologizar os problemas sociais, transferindo sua atenuação ou proposta de resolução para a modificação e/ou redefinição de características pessoais do indivíduo.

Sendo assim, os assistentes sociais tinham como uma de suas atribuições desenvolverem estratégias que contribuíssem para a correção e o disciplinamento dos indivíduos, trazendo o controle dos problemas para o âmbito subjetivo da moral, ou seja, o trabalho destes profissionais se apresenta como ação moralizadora dos sujeitos, buscando aplacar os conflitos e estabelecer a ordem e manutenção para que a ordem social seguisse em “harmonia”.

Nesse momento requisitava-se do profissional uma postura de neutralidade, visto que sua ação era direcionada a indivíduos considerados desajustados moralmente, cabendo ao assistente social não se envolver com tal situação do sujeito, visto que o mesmo era o único responsável pelo seu desnível social. O profissional também não questionava a sociedade, pois suas ações eram regidas por ideologias que reforçavam os valores ditados pela Igreja e pelo sistema capitalista. Nesse sentido sua atuação encontrava-se obscurecida de dimensão política aliada ao apelo moral no trato das sequelas da questão social.

Assim, o primeiro Código de Ética Profissional do Assistente Social elaborado pela Associação Brasileira de Assistentes Sociais (ABAS) data de 1947, o mesmo é formado por alíneas introdutórias e cinco seções que se subdividem em Deveres Fundamentais, Deveres para com o Beneficiário do Serviço Social, Deveres para com os Colegas, Deveres para com a Organização onde Trabalha e Disposições Gerais. É interessante destacar que é apresentada apenas a via dos deveres do assistente social, com ausência do reconhecimento legal dos direitos desse profissional.

O referido Código apresenta uma base ídeo-política consubstanciada em princípios éticos religiosos, tendo os valores humanistas neotomistas e a influência positivista como norteadores da interpretação e do posicionamento interventivo frente às transformações sociais que emergiam naquele período histórico, buscando, desse modo, recristianizar os sujeitos e readaptá-los a sociedade.

Para explicitar a forte influência ídeo-política da Igreja Católica nesse período, o Código traz que o primeiro dever fundamental dado ao assistente social era o de "[...] cumprir os compromissos assumidos, respeitando a lei de Deus [...] inspirando seus atos ao bem comum [...]" (ABAS, 1947). Este trecho traz claramente a perspectiva ética neotomista presente na profissão, o que revela o aspecto doutrinário e subordinado aos dogmas religiosos, visto que a lei de Deus regia a vida humana.

Ressaltamos também que, com participação direta da Igreja Católica no processo de formação e trabalho profissional, o Serviço Social tinha como diretrizes os dogmas da Igreja apresentados nas encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Segundo Barroco (2010b, p. 95 - 96) neste Código de Ética "a ação profissional é claramente subordinada à intenção ético-moral dos seus agentes, entendida como uma decorrência natural da fé religiosa", esse trecho evidencia o dogmatismo e o conservadorismo/positivista eminente na profissão, que permanecerá por algumas décadas na ação e formação profissional.

Diante do exposto percebemos que suas intervenções profissionais tinham um cunho moral e religioso e eram voltadas para o trabalhador e sua família, na perspectiva do ajuste e enquadramento social. Sendo as relações sociais analisadas a partir de suas vivências, como fatos que se apresentam de forma objetiva e imediata.

A partir da década de 1940, o Serviço Social brasileiro conjugava neotomismo com funcionalismo/positivismo, o que manteve em grande parte a não-percepção dos profissionais acerca do antagonismo entre as classes sociais, aplacando do conteúdo dos conhecimentos em debate, os conflitos, as contradições que perpassavam a sociedade, os fundamentos da "questão social" e sua atuação profissional. Iamamoto (1992, p. 21) denomina esse processo de "arranjo teórico doutrinário", caracterizado pela junção do discurso humanista cristão com o suporte técnico-científico de inspiração na teoria social positivista, reitera para a profissão o caminho do pensamento conservador (agora, pela mediação das Ciências Sociais). Em face do exposto, observamos que ambas fundamentaram uma prática profissional voltada à manutenção da ordem capitalista, através de ações de cunho moralizador, que buscavam promover o ajustamento dos indivíduos, que tinham suas relações analisadas com base no imediatismo dos fatos e dados.

Essa direção profissional segue durante toda a década de 1950, contexto que predominava a ideologia desenvolvimentista conduzida pelo governo Kubitschek, o qual propalava a viabilidade de desenvolvimento econômico com justiça social. O referido governo entrou para história do país como a gestão presidencial na qual se registrou o mais expressivo crescimento da economia brasileira por meio da industrialização e modernização, sendo que tal crescimento acontece através da abertura ao capital estrangeiro no país, através do incentivo de instalação de empresas internacionais, ocorrendo assim uma internacionalização da economia brasileira e conseqüentemente o seu endividamento. Cabe ressaltar ainda que essa intensificação do setor industrial traz para a classe trabalhadora altos índices de exploração da sua força de trabalho.

Articulado ao contexto sócio-político do país e suas mudanças, o Conselho Federal de Assistentes Sociais em 08 de maio de 1965 aprova a revisão do Código de Ética de 1947. Este segundo Código, além de reafirmar o apelo moral ligado à religião do primeiro Código, mantém teoricamente o viés tradicionalista e conservador imbricado na profissão pela concepção neotomista e pela corrente positivista, contudo demonstra claramente algumas alterações significativas ao introduzir a consideração de que o assistente social é um profissional liberal, bem como inseriu nele os princípios da democracia, do pluralismo e da justiça.

Cabe lembrar que a década de 1960 é um período de grande efervescência política, não só na sociedade brasileira como também no interior do Serviço Social, cuja profissão passa por importantes questionamentos, inclusive sobre a análise equivocada que ele próprio fazia da realidade, voltando, assim, o olhar crítico para as influências norte-americana e religiosa, que impossibilitavam o pensar amplo sobre o capitalismo e seus efeitos no país. Sendo assim, esse movimento crítico que vinha se desenvolvendo no panorama profissional latino-americano, denominado de *Movimento de Reconceituação*⁵, levantava questionamentos acerca da própria origem da profissão e do seu aspecto conservador.

⁵Conforme FALEIROS esse movimento não deve ser situado como um projeto isolado e vanguardista, mas como um projeto vivo e contraditório de mudanças no interior do Serviço Social latino-americano. A ruptura com o Serviço Social tradicional se inscreve na dinâmica de rompimento das amarras imperialistas, de luta pela libertação nacional e de transformações da estrutura capitalista excludente, concentradora, exploradora. Esse movimento reflete as contradições e confrontos das lutas sociais onde embatem tendências de conciliação de reforma com outras de transformação da ordem vigente no bojo do processo revolucionário e ainda com outras que visam apenas modernizar e minimizar a dominação (1987, p. 51).

Cabe ressaltar que o referido movimento não aconteceu de modo homogêneo nos países latino-americanos conforme expressa Yazbek (2009, p. 171): “[...] é no âmbito do movimento de Reconceituação e em seus desdobramentos, que se definem de forma mais clara e se confrontam, diversas tendências voltadas à fundamentação do exercício e dos posicionamentos teóricos [...] que resultam de conjunturas sociais particulares dos países do Continente”. Assim, percebe-se que cada país apresenta um cenário histórico e social que favoreceram a efervescência do movimento.

O Movimento de Reconceituação foi um processo significativo para o Serviço Social por buscar o rompimento com o conservadorismo presente na profissão, foi nesse momento aberto espaço para se pensar uma formação e um exercício profissional que atendessem a dinamicidade das expressões da questão social, sendo necessário para tanto uma formação crítica que oferecesse ao profissional os subsídios teóricos que embasassem a apreensão da realidade do sujeito de sua intervenção e um exercício voltado aos interesses dos usuários.

É interessante assinalar que o crescimento do debate e da produção intelectual do Serviço Social brasileiro resultou na explicitação de vertentes de análise diversas no interior do Movimento de Reconceituação, a saber: a vertente modernizadora; a reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura.

No tocante a vertente modernizadora Yazbek (2009, p. 172) apud Netto (1994, p. 164) esclarece que:

A vertente modernizadora é assinalada pela incorporação de abordagens funcionalistas, estruturalistas e sistêmica (com base na matriz positivista), dirigidas a uma modernização conservadora e à melhoria do sistema pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da marginalidade e da pobreza na perspectiva de integração da sociedade.

Nestes termos, observamos que na perspectiva modernizadora a corrente de pensamento foi o positivismo-funcionalismo cujo intuito era a manutenção da ordem vigente. Já no que se refere à vertente de reatualização do conservadorismo, conforme Yazbek (2009, p. 172):

[...] a vertente inspirada na fenomenologia, que emerge como metodologia dialógica, apropriando-se também da visão de pessoa e comunidade dirige-se ao vivido humano, aos sujeitos em suas vivências, colocando para o Serviço Social a tarefa de "auxiliar na abertura desse sujeito existente,

singular, em relação aos outros, ao mundo de pessoas" (ALMEIDA, 1980, p. 114).

Diante do exposto percebemos que a vertente supracitada tem como vertente teórica a fenomenologia, cabendo notar que esta também objetivava a manutenção da ordem vigente ao direcionar a subjetivização da questão social, e tendo como tríade o diálogo, a pessoa e a transformação social, onde caberia ao sujeito transformar sua realidade.

Quanto à vertente de intenção de ruptura Yazbek (2009, p. 172) expressa que esta “remete a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes e que no Brasil vai configurar-se, em um primeiro momento, como uma aproximação ao marxismo sem o recurso ao pensamento de Marx”.

No entanto, temos em 1964 o Golpe Militar que afeta todas as instituições brasileiras, impondo limites e restrições de diversas ordens, inclusive para o Serviço Social.

O projeto de modernização conservadora, implementado pelo Estado pós-64, põe novas demandas à profissão, consolidando a necessidade de sua renovação; abre-se um espaço à explicitação de diferentes projetos profissionais, deslegitimando a “imparcial” homogeneidade do Serviço Social tradicional. Dessa forma, ainda limitado em seu potencial político, o *ethos* de ruptura desenvolve-se no interior da academia, durante a ditadura [...]. (BARROCO, 2010, p. 110).

A ditadura, portanto, reforça o conservadorismo em todas as esferas, inclusive favorece a reatualização do *ethos* profissional conservador do Serviço Social, o qual não rompe com a visão tradicional, coexistindo os supostos tomistas e liberais. Segundo Barroco (2010, p. 128), o perfil ético tradicional é reforçado através da orientação de valor quanto ao comportamento profissional; o assistente social deve ser imparcial, pontual, respeitoso e cortês. “A moral apresenta-se como o ‘alicerce’ da ação profissional que deve ser mantida em todas as dimensões da vida social, como condição de preservação da ‘dignidade profissional’.” (Ibidem).

O Código de Ética de 1965 traz um diferencial em relação ao anterior, ele aponta princípios de democracia, justiça social e vida cívica, contudo, não ultrapassa a perspectiva liberal e não contempla o Código em sua totalidade, uma vez que é ainda o neotomismo que fundamenta os deveres profissionais. Traz a defesa da

família dentre os deveres fundamentais do assistente social, vejamos o Art. 6º: O assistente social deve zelar pela família, grupo natural para o desenvolvimento da pessoa humana e base essencial da sociedade, defendendo a prioridade dos seus direitos e encorajando as medidas que favoreçam a sua estabilidade e integridade. (CFAS, 1965, p. 2). Diante disso, observamos uma preocupação com a instituição familiar, sendo esta considerada base essencial da sociedade, visto que, uma família desestruturada iria gerar indivíduos desajustados que poderiam se impor a ordem vigente.

Conforme expressam Barroco e Terra (2012, p. 45), o Código de 65 “[...] introduziu alguns valores liberais, sem romper com a base filosófica neotomista e funcionalista”. Nesse sentido observamos que o referido Código continua mantendo os interesses do capital, ao reportar-se ao sujeito de sua intervenção de forma acrítica e a-histórica, não levando em consideração sua condição de sujeito de direitos.

É interessante notar, também, que o referido Código revela traços da renovação profissional no contexto da modernização conservadora, haja vista que a profissão adquiriu amplitude técnica e científica, onde o Serviço Social deixa de ser tratado como uma atividade humanista, passando a ser vista como profissão liberal: O assistente social, profissional liberal, tecnicamente independente na execução de seu trabalho, se obriga a prestar contas e seguir diretrizes emanadas de seu chefe hierárquico, observando as normas administrativas da entidade que o emprega. (CFAS, 1965, p. 5).

Diante do exposto observamos que o trabalho do assistente social passa a ser realizado a partir das diretrizes da entidade empregadora que utiliza da legislação para dar um aspecto formal para o trabalho desse profissional e, assim, não mais terá seu trabalho visto como decorrência de um compromisso religioso, ou seja, obedecendo às leis divinas.

No entanto, como já explicitado anteriormente, o Código de 65 não rompe com a concepção neotomista que fundamenta os deveres profissionais, tomados genericamente, a saber: “respeitar a dignidade da pessoa humana [...] contribuir para o bem comum [...] zelar pela família, grupo natural para o desenvolvimento da pessoa humana e base essencial da sociedade”. (CFAS, 1965, p. 2). Reatualiza-se, portanto, o perfil ético tradicional, pois o comportamento exigido do profissional no decorrer de sua ação ultrapassa esse espaço e atinge todas as dimensões de sua

vida social, sendo esse comportamento cobrado para a preservação da dignidade profissional. Para ilustrar essa assertiva vejamos o Art. 37º: Todo assistente social, mesmo fora do exercício de sua profissão, deverá abster-se de qualquer ação que possa desaboná-lo, procurando firmar sua conduta pessoal por elevado padrão ético, contribuindo para bom conceito da profissão. (CFAS, 1965, p. 6).

Dez anos após a aprovação do Código de 1965 acontece sua reformulação, em 1975. Aparentemente, o Código de 1975 é uma continuidade dos anteriores, reproduz os mesmos postulados tradicionais abstratos, com uma pequena alteração que foi a inclusão da referência ao personalismo. O mesmo reafirma a posição acrítica em face da ação disciplinadora do Estado e foi orientado pela permanência da neutralidade e pela ideologia estrutural-funcionalista que defende o bem comum, a ordem e a coesão social, tendo como base a regulamentação do exercício da profissão.

É interessante notar que no Código de 75 a indicação de subordinação do profissional aos princípios democráticos foi eliminada, assim como afirma Barroco (2010, p. 129) “A indicação anterior de que a participação profissional nos órgãos públicos subordina-se aos “princípios democráticos”, na perspectiva “de luta pelo estabelecimento de uma ordem social justa”, (CFAS, 1965, p. 7) foi eliminada do Código de 1975”.

Conforme Barroco e Terra (2012, p. 46) a pretensa neutralidade ético-política atingia também a relação com os usuários, visto que, “[...] O compromisso com a devolução das informações colhidas nos estudos envolvendo os usuários, com o acesso às suas informações institucionais, bem como à sua democratização”, era algo inexistente na relação usuário e profissional, chegando tal ação a ser proibida pelo Código de 75, o que demonstra o seu conservadorismo.

Sendo assim, o Código de 1975 não retratará o desdobramento daquilo que se iniciou no Movimento de Reconceituação, mas, especialmente se assentará na perspectiva modernizadora do conservadorismo. O posicionamento crítico desse Movimento só tomará novo impulso quase duas décadas depois. Nesse sentido, os direcionamentos dados por esse terceiro Código, revestidos de uma nova roupagem do conservadorismo, serão vistos como,

[...] respostas dadas por parcelas majoritárias da categoria profissional às novas demandas que lhe são apresentadas, no capitalismo monopolista. Essa atualização se manifesta em mudanças no discurso, nos métodos de

ação e no projeto de prática profissional diante das novas estratégias de controle e repressão da classe trabalhadora, efetivadas pelo Estado e pelo grande capital. (IAMAMOTO, 2008, p. 32).

Neste momento esse novo discurso que a categoria apresenta não rompe com a herança conservadora da profissão, ao contrário, reatualiza a mesma, haja vista suas ações estarem voltadas aos interesses do capital.

Cabe notar que no Código de 75 foi suprimido o artigo que trazia como dever do assistente social “respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem se destina sua atividade” o que revela uma atitude negadora do respeito ao pluralismo.

Ao mesmo tempo observamos a reafirmação de um posicionamento acríptico assim expressado por (Barroco e Terra 2012, p, 46) frente “à ação disciplinadora do Estado, conferindo-lhe o direito de dispor sobre as atividades profissionais”: São deveres do assistente social: obedecer aos preceitos da Lei e da Ética [...] Respeitar a política administrativa da instituição empregadora [...] Participar de programas nacionais e internacionais destinados à elevação das condições de vida e correção dos desníveis sociais. (CFAS, 1975, p. 4-6). Tais referências seguem uma lógica que expressa à consolidação da hegemonia dos modernizadores.

Dentro dessa perspectiva, o Estado através de sua ação disciplinadora exigia do profissional o desenvolvimento de estratégias que atendessem a mesma lógica do disciplinamento das classes menos favorecidas, acolhendo maximamente os interesses da reprodução ampliada do capital.

O referencial crítico em relação à sociedade do capital e ao próprio significado social da atuação da profissão, com fins a contribuir para a construção de uma nova ordem societária, só será (re) construído pelo quarto Código de Ética do Serviço Social, objetivado no período de retomada da democracia política no Brasil.

2.2 Os Códigos de Ética de 1986 e 1993: o ressurgimento da crítica concreta ao conservadorismo profissional

O Brasil nos anos 1980 foi cenário de grandes mobilizações políticas e agravamento da crise econômica, sem dúvidas nesse período o Serviço Social

sofreu influências de todo esse conjunto de transformações, que levaram a categoria dos assistentes sociais a refletirem acerca da sua formação e da prática profissional, passando também a exigir transformações na dimensão ética, sendo tais mudanças frutos de uma vontade coletiva.

Outro fato que ocorreu no cenário brasileiro que proporcionou a abertura política e favoreceu a reformulação do Código de 86, foi à organização política da classe trabalhadora, juntamente com a inserção dos movimentos sociais neste cenário de luta pelo reconhecimento destes enquanto sujeitos de direitos. Assim como afirma Netto (2009b, p. 149):

A mobilização dos trabalhadores urbanos, com o renascimento combativo da sua organização sindical; a tomada de consciência dos trabalhadores rurais e a revitalização das suas entidades representativas; o ingresso, também na cena política, de movimentos de cunho popular (por exemplo, associação de moradores) e democrático (estudantes, mulheres, “minorias” etc.); [...] tudo isso pôs na agenda da sociedade brasileira a exigência de profundas transformações políticas e sociais.

Dito isso, analisaremos os processos que perpassaram a construção do Código de Ética de 1986, conduzidos pelas vanguardas da categoria por meios das entidades representativas que vieram a romper com as perspectivas tradicionais, dando espaços legítimos aos valores tidos como universais e inerentes à humanidade.

O presente Código de Ética Profissional do Serviço Social é resultado de um amplo processo de trabalho conjunto, desencadeado a partir de 1983. Em diferentes momentos deste processo, os Assistentes Sociais foram solicitados através do CFAS/CRAS e demais entidades de organização da categoria a dar contribuições e a participar de comissões, debates, assembléias, seminários e encontros regionais e nacionais. (CFAS, 1986, p. 7).

Como se pode observar, a construção do Código de 1986 efetivou-se de maneira coletiva pela categoria profissional, o que revela seus esforços no campo da politização de suas ações. Segundo Barroco (2009b, p. 35), o Código de 86 assinala a ruptura com o conservadorismo presente na ética tradicional, essa reformulação marcou a ruptura inédita na história profissional ao instaurar o primeiro Código de Ética, desde a institucionalização do Serviço Social, que explicitou – com base no marxismo –, o compromisso com os sujeitos de sua intervenção: as classes trabalhadoras.

No entanto cabe salientar que nesse momento as primeiras aproximações do Serviço Social com a teoria marxista, acontecem através de abordagens reducionistas ao marxismo de manual, acarretando uma insuficiente reflexão que resulta em um precário referencial teórico, o que prejudicou no desenvolvimento de algumas categorias e reflexões marxistas que marcaram profundamente o CE de 1986, haja vista que o referido Código aponta que sua base ético-teórica reproduz o marxismo enviesado, que segundo Barroco (2010b, p. 157-158):

A ética marxista tradicional deriva a moral dos interesses de classe, reduzindo seus fundamentos a ideologia. De modo geral, não consegue apreender as bases ontológicas — da ética e da moral — na práxis e na vida cotidiana; não desvela a relação ente a ética e a alienação moral; não apreende as mediações entre os interesses de classe e as escolhas ético-morais, entre o valor ético e o econômico. Isso evidencia uma ausência da dialética na sistematização ética [...].

De modo geral, verificamos na reflexão da ética uma perda do caráter ontológica, sua perspectiva de totalidade, sua radicalidade crítica. No entanto, há de se distinguir que nesse Código de 1986 há o reconhecimento da dimensão histórica e política da profissão, através da busca por um comprometimento com as necessidades e a defesa dos direitos dos usuários que, em se tratando do Serviço Social, tais usuários representam a classe trabalhadora. Logo se percebe que o Código de Ética 1986 representou um avanço em relação aos anteriores, pois recusa a neutralidade da prática profissional, visto que, o profissional passa a ter compromisso com o usuário, revelado em seus princípios de “[...] respeito à tomada de decisão dos usuários, ao saber popular [...] A discussão com os usuários sobre seus direitos e os mecanismos a serem adotados na luta por sua efetivação”. (CFAS, 1986, p. 2). Tais princípios demonstram uma aproximação com os interesses dos usuários que passam a ser vistos como sujeitos de direitos.

Paradoxalmente, apesar dos avanços, o Código de 1986, expressa uma concepção de ética mecanicista, assim como afirma Iamamoto (2010, p. 176): “O Código expressa uma concepção ética mecanicista; ao derivar, imediatamente, a moral da produção econômica e dos interesses de classe, não apreende as mediações, peculiaridades e dinâmicas da ética”. Isso significa que a concepção ética presente do referido Código encontra-se vinculada aos interesses de uma classe, o que faz com que esta seja tida como detentora de valores positivos, não havendo mediação com os valores próprios da ética, ou seja, não se levava em

conta os processos de alienação e as mediações existentes entre a ética, a moral e a política.

Cabe frisar que a prática do assistente social passa a ser orientada por valores que estão pautados numa visão histórica e na tradição marxista. Com isso, pode-se assinalar que o Código de Ética de 1986 trouxe:

[...] o rompimento com a pretensa perspectiva “imparcial” dos Códigos anteriores; o desvelamento do caráter político da intervenção ética; a explicitação do caráter de classe dos usuários, antes dissolvidos no conceito abstrato de “pessoa humana”; a negação de valores a-históricos; a recusa do compromisso velado ou explícito com o poder instituído (BARROCO; TERRA, 2012, p.48).

Em face do exposto percebemos que o referido Código apresenta aspectos da perspectiva de intenção de ruptura com o conservadorismo, já que buscava romper com as práticas tradicionais do Serviço Social, vinculadas aos interesses da classe dominante, nesse momento observa-se a realização de uma crítica ao desempenho do mesmo. Cabe frisar que tal perspectiva busca uma prática profissional a partir de um novo direcionamento ético político, pautado e articulado com as demandas da classe trabalhadora.

Com isso o conteúdo deste Código expressa princípios e diretrizes norteadores de uma prática em que o profissional se posicione diante da realidade social e dos sujeitos no sentido da garantia de direitos.

Para uma avaliação sucinta, entendemos que sem dúvida no Código de Ética de 1986:

[...] é visível a derrocada do privilégio das referências éticas sem conexão com a História, seja pela perspectiva alinhada com os valores da fé religiosa, seja pelos pressupostos da “neutralidade”. Com esse instrumento profissional, apesar de não desconsiderarmos a existência de equívocos teórico-filosóficos partícipes das questões intrínsecas aos desdobramentos do Movimento da década de 1960, podemos dizer que se procurou superar as reflexões éticas obscurecidas pelas construções idealizadas da realidade, as quais situam a ética fora do campo dos condicionantes históricos, fora das implicações dos interesses de classe. Ao mesmo tempo, há reconhecimento, por parte dos segmentos profissionais que defendem essa nova postura, da dimensão político-ideológica que marca a profissão desde o seu início e caracteriza a sua história. (FORTI, 2008, p.199).

Apesar dos avanços contidos no CE de 1986, na década de 1990 ocorre à necessidade de reformulá-lo, haja vista a ocorrência de mudanças no cenário

brasileiro nos âmbitos econômico, político e social, a saber: implementação do neoliberalismo que promove o desmonte dos direitos, o sucateamento dos serviços públicos, a atuação mínima do Estado junto à classe subalterna e máxima no atendimento aos interesses da capital através das privatizações. Como também o adensamento da globalização e o agravamento das manifestações da questão social devido o aumento das desigualdades sociais. Diante dessa conjuntura é exigido do assistente social uma atuação crítica e propositiva que venha a atender as novas demandas oriundas de uma sociedade onde predomina um modo de produção excludente e cerceador de direitos. Desse modo, para a efetivação de uma prática comprometida com a viabilização de direitos, se faz necessário uma apreensão da realidade dos sujeitos de sua intervenção levando em consideração os determinantes que envolvem as relações sociais.

Nestas circunstâncias, a categoria profissional articulou e organizou uma revisão necessária no Código de Ética de 1986, fazendo surgir em 1993 um Código que traz elementos essenciais para uma nova direção social da e para a profissão.

Observamos, pois, que o Código de Ética de 1993 foi formulado de maneira democrática, traçando um novo perfil profissional, ou seja, de um profissional crítico, interventivo e propositivo. O novo Código mostra ainda em seus princípios uma direção social que busca a construção de uma nova ordem social. Sua concepção ética está vinculada a valores éticos-políticos, como a liberdade, a justiça social e a democracia.

Cabe frisar que a categoria dos assistentes sociais buscou apoio teórico nas bases ontológicas da teoria social crítica de Marx, na qual as expressões da questão social não são percebidas como problemas individuais, mas resultantes da relação Capital e Trabalho presente na produção capitalista e nos diversos processos contraditórios e antagônicos inerentes ao sistema capitalista.

Segundo Barroco (2010b, p. 200), “o recurso à ontologia social permitiu decodificar eticamente o compromisso com as classes trabalhadoras, apontando para a sua especificidade no espaço de um Código de Ética: o compromisso com valores éticos-políticos emancipadores referidos à conquista da liberdade”. Nesse sentido percebemos que o referido Código apoia-se em princípios como a liberdade e a emancipação humana, norteando um exercício profissional que interligado a um projeto profissional cujo intuito seja a construção de uma nova ordem societária, da

qual sejam suprimidos elementos como a alienação, a desigualdade e a exploração do trabalhador.

Ainda se referindo ao princípio da liberdade, cabe frisar que no decorrer do exercício profissional do assistente social, percebemos que esse princípio seja efetivado através da orientação dada ao usuário, ou melhor, quando o profissional orienta e oferece esclarecimento ao usuário acerca de um direito ou serviço, assim, o profissional estará dando subsídios para que este possa reivindicar de forma argumentativa por tais direitos e serviços, exigindo assim o atendimento ampliado e de qualidade às suas necessidades.

O Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, ainda vigente, apresenta os princípios fundamentais, a saber:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso como constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 1993, p. 3)

Como se pode observar o Código de 1993 relaciona princípios elaborados, articuladamente e coerentes entre si, que perpassam todos os processos de trabalho desenvolvidos pelo assistente social na direção da viabilização de direitos.

Neles estão contidos valores articulados através da exigência democrática, capaz de ultrapassar as imposições capitalistas ao desenvolvimento da cidadania, e a garantia dos direitos individuais e sociais.

Em suma, nesse último (e vigente) Código de Ética, o Serviço Social buscou ampliar as conquistas profissionais impressas no código anterior. Em outros termos, a revisão do código profissional de 1986, que deu origem ao de 1993, teve a finalidade de refinar e alargar as referências para o exercício profissional, mantendo o sentido do código precedente (1986).

Ele é parte de um processo de construção do **novo projeto profissional**, que se caracteriza pela crítica teórica em oposição à ética e a política conservadora, o mesmo representa um novo sentido para a categoria, elaborado a partir do amadurecimento intelectual advindo de amplas e aprofundadas discussões em eventos nacionais da categoria.⁶

O Projeto Ético-Político do Serviço Social traz como elementos constitutivos (básicos): o Código de Ética de 1993, a Lei de Regulamentação da Profissão e as Diretrizes Curriculares de 1996. Apresenta como seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central, propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração ou dominação de classe, etnia e gênero, ou seja, este projeto encontra-se vinculado a um projeto de transformação da sociedade brasileira. Cabe frisar que sua consolidação ocorre na década de 1990 com a ampliação das discussões e debates políticos organizativos, como também mediante a maturidade teórico-metodológica conquistada pela categoria profissional.

O novo projeto profissional é hegemônico, mas não necessariamente homogêneo. É hegemônico porque é construído historicamente pela categoria profissional nos espaços coletivos, mas nem todos os profissionais aderiram à sua direção social. Sendo assim Netto (2009b, p. 156) argumenta que a heterogeneidade própria dos corpos profissionais propicia, em condições de democracia política, a existência e a concorrência entre projetos diferentes. Levando em conta essa afirmação, entendemos que a diversidade de sujeitos que fazem

⁶Como exemplo, podemos citar o Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) e demais encontros, com destaque para o VII CBAS, realizado em 1992, por ter aberto um painel temático de ética, o qual incentivou a produção de trabalhos específicos que problematizasse a dimensão ética no Serviço Social. Essa novidade foi dada continuidade nos seguintes CBAs, sinalizando uma mudança significativa, uma vez que contribuiu para a emergência de diversas abordagens de fundamentação ética, com perspectivas históricas e críticas, trazendo propostas de enfrentamento da questão ética no interior da formação profissional, dentre outros aspectos.

parte de uma categoria profissional, com pensamentos diferentes e com a pluralidade de teorias que fundamentam a profissão, fazem com que seja possível haver a heterogeneidade entre seus membros.

A materialização do PEPSS é algo presente no processo de formação e no desenvolvimento da prática do assistente social, pois suas ações são fundamentadas e regulamentadas por todo um aparato legal. Conforme Teixeira e Braz (2009, p. 8-9) os componentes que materializam o PEPSS são:

[...] a *produção de conhecimentos no interior do Serviço Social*, através da qual conhecemos a maneira como são sistematizadas as diversas modalidades práticas da profissão; [...] as *instâncias político organizativas da profissão*, que envolvem tanto os fóruns de deliberação quanto as entidades da profissão; [...] a *dimensão jurídico política da profissão*, na qual se constitui o arcabouço legal e institucional da profissão, que envolve um conjunto de leis e resoluções, documentos e textos políticos consagrados no seio da profissão.

Em face do exposto verificamos que o atual projeto profissional explicita uma cultura profissional racional e crítica, dotada de um horizonte utópico que impulsiona e incentiva os assistentes sociais para o questionamento e às ações consequentes em prol da construção de novos e diferentes rumos face às diretrizes sociais postas e assumidas pela profissão. Ele convida os profissionais a refletirem os valores (e desvalores) que fundamentam a sua prática cotidiana e suas escolhas profissionais, cuja convocação abre possibilidades estratégicas “de conexão com as exigências éticas conscientes da genericidade humana.” (Lukács, 2007 *apud* Barroco, 2010a, p. 16).

É interessante salientar que a prática do assistente social é uma ação perpassada por uma orientação ética voltada à viabilização de direitos e a emancipação humana, para tanto se faz necessário, que este profissional promova a articulação entre o referencial teórico que lhe dê subsídios para uma intervenção baseada na apreensão da realidade dos sujeitos possibilitando a concreta mudança de determinada realidade.

Logo percebemos que a ética enquanto algo que se concretiza na práxis do assistente social, através das escolhas que este profissional realiza no decorrer do seu cotidiano, podemos considerá-la, conforme expressam Barroco e Terra (2012, p. 35) “ [...] ação prática mediada por valores que visa interferir na realidade, na direção

da sua realização objetiva, produzindo um resultado concreto”. Em face do exposto percebemos a ética como caminho motivador da efetivação de uma prática direcionada a promoção de mudanças na realidade dos usuários do serviço do assistente social.

CAPÍTULO 3 – O PROCESSO DE MATERIALIZAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE À SOCIEDADE CAPITALISTA: IMPASSES E EXIGÊNCIAS

O processo de trabalho do assistente social é mediatizado por relações sociais e pela divisão sócio-técnica do trabalho, desse modo expressa demandas contraditórias que constituem determinações objetivas que vão influenciar a capacidade de resposta do profissional às demandas postas. Para respondê-las é requisitado do profissional diferentes alternativas e/ou estratégias que, por sua vez, são imbuídas de valores éticos, circunscritos por um contexto que afirme ou negue tais valores.

O desenvolvimento da prática profissional do assistente social envolve aspectos de ordem objetivos e subjetivos em torno das condições de trabalho. Conforme explica Yolanda Guerra (2000, p. 1), as condições objetivas diz respeito

[...] à produção material da sociedade, são situações postas na realidade material, ou seja, elas estão fora do sujeito, como por exemplo: a divisão do trabalho, a propriedade dos meios de produção, a conjuntura, os objetos e os campos de intervenção, os espaços sócio-ocupacionais, as relações e condições materiais de trabalho. Já no que se referem às condições subjetivas estas são as referentes aos sujeitos, às suas escolhas individuais, ao grau de qualificação e competência, ao seu preparo técnico e teórico-metodológico, aos referenciais teóricos, metodológicos, éticos e políticos utilizados pelo profissional no desenvolvimento do processo de trabalho.

Em face do exposto observamos que o assistente social, no decorrer do seu exercício profissional, encontra circunstâncias objetivas e subjetivas que afetam diretamente o desenvolvimento do seu trabalho, ambas expressam as determinações prático-concretas advindas da realidade. Desse modo, a efetivação do trabalho não depende *apenas* da vontade e capacidade individual dos seus agentes ou de seus instrumentos de intervenção, mas, sobretudo, das relações concretas estabelecidas entre os segmentos sociais e políticos presentes, e das condições materiais e políticas nas quais essas relações se realizam.

Por ser um profissional assalariado, o assistente social vende sua força de trabalho no mercado, cuja lógica capitalista tende a buscar de modo desenfreado o lucro em detrimento da realização do ser humano. Ao desenvolver historicamente

essa lógica, intensifica-se a competitividade, o individualismo e a exploração da força de trabalho, exigindo do trabalhador que este seja polivalente, ou melhor, apresente habilidades e competências diversas para realizar várias atividades, incluindo até mesmo aquelas que não fazem parte de sua competência profissional. Assim, tais exigências buscam ser atendidas pelo trabalhador devido ao aumento da concorrência, da flexibilidade e do desemprego, pois conforme expressa Harvey (2009) *apud* Amador (2011, p. 347), “[...] o modelo de acumulação flexível implica níveis altos de desemprego estrutural, [...] bem como o aumento da grande quantidade de mão de obra excedente para impor regimes de trabalho mais flexíveis.”

Vivencia-se, pois, no atual contexto condições adversas de trabalho do Assistente Social, as quais se processam submetidas à situação de precarização do trabalho, da desregulamentação das relações trabalhistas, da insegurança promovida pelas formas de contratação temporária, entre outras. Além das condições ora elencadas, comumente, o profissional não têm o domínio sobre os meios e os demais instrumentos para a realização de sua prática, visto que, estes são disponibilizados pela entidade empregadora, que pode ser pública ou privada, e que irá direcionar sua ação para o atendimento das exigências desta.

Assim como afirma Iamamoto (2012, p. 63):

[...] o assistente social não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos necessários ao seu exercício profissional autônomo. Depende de recursos previstos nos programas e projetos da instituição que o requisita e o contrata [...]. Portanto, a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o Assistente Social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda a sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira.

Partindo do exposto percebemos que no processo de trabalho, realizado pelo assistente social, a realidade nos apresenta uma correlação de forças, onde o profissional encontra-se submetido ao poder institucional tendo que realizar um conjunto de atividades, objetivando o atendimento de metas impostas a ele cotidianamente. A autora Yolanda Guerra (2007, p. 7- 8) fortalece esse pensamento ao afirmar que:

[...] a lógica mercadológica que perpassa os serviços sociais, junto com as políticas sociais, passa a se constituir a própria racionalidade que orienta o exercício profissional, configurando concepções de eficácia, eficiência,

produtividade, competência, de acordo, com as exigências do mundo burguês para a acumulação/valorização do capital.

Desse modo, compreendemos que o exercício profissional do assistente social, operado pela interferência da lógica do capital, se limitará, em muitos casos, ao cumprimento de rotinas burocráticas e de metas institucionais, influenciando nas funções, qualidade e competência do trabalho profissional, estabelecendo normas específicas e até mesmo, à luz da lógica mercadológica, definindo as necessidades de capacitação, o ritmo e a intensidade do trabalho e os recursos disponíveis para a realização das ações profissionais.

Nesse sentido percebemos, pois, uma contradição presente na profissão, pois esta atua na defesa da classe trabalhadora, mas ao mesmo tempo encontra-se sob as mesmas condições de exploração da sua força de trabalho em detrimento das exigências do capital, visto que, a condição de baixo salário leva esse profissional a ter que conciliar dois os mais vínculos empregatícios para conseguir prover a manutenção da sua força de trabalho e continuar inserido na sociedade capitalista de forma notável, ou seja, consumindo e gerando lucro.

Barroco (2010, p. 35) contribui com essa análise ao expressar que “a vida genérica do homem é negada quando o trabalho se transforma em instrumento de pura sobrevivência”. Comumente, o profissional não consegue desenvolver uma vida social para além da esfera do trabalho, uma vez que este consome todo o seu tempo e energia, como também não possibilita ao profissional apropriar-se de suas capacidades e de seus projetos. Pois, no sistema capitalista, “[...] a atividade humana é alienada, seu caráter social e consciente é negado; a liberdade e a universalidade objetivam-se de forma limitada e inexpressiva [...]” (Ibidem).

Exemplificando essa discussão, podemos trazer uma breve ilustração de situações vivenciadas no período do Estágio Supervisionado, realizado no Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil – CAPSi João Paulo II, localizado no município de Sousa/PB, onde foi possível verificar, mediante observações, alguns impasses de ordem objetiva ao trabalho profissional do Serviço Social. Esta unidade conta com a atuação de 03 (três) assistentes sociais que realizam um conjunto de atividades, tais como visitas domiciliares, triagens, atendimento coletivo (através da execução de grupo operativo), dentre outras. No entanto, as assistentes sociais não dispõem de um espaço específico e adequado para realizar seus atendimentos, isso as levava a

atender em qualquer espaço que, no momento, se encontrasse disponível. Outra situação que revela a dificuldade enfrentada por estas profissionais diz respeito à ausência de veículos para realização de visitas domiciliares, visto que era preciso esperar alguns dias para que o mesmo fosse disponibilizado, acarretando assim um retardamento na oferta do serviço, como também, no desestímulo desta. Tais relatos de observação evidenciam a precarização das condições de trabalho vivenciada no cotidiano do CAPSi, cujo espaço sócio ocupacional não se constitui único ao expressar tais situações.

Diante dessa condição de submissão à precarização das condições objetivas de trabalho, como também da correlação de forças presente nos espaços sócio ocupacionais, temos implicações no processo de materialização do Código de Ética do Serviço Social no decorrer do seu exercício profissional, visto que, ao encontrar-se submerso por inúmeras atividades burocráticas exigidas pela entidade empregadora, como também por insuficiências e limitações na infraestrutura e nos recursos materiais, este acaba por não ter condições objetivas ideais para efetivar deveres e direitos presentes no referido Código. Pois, de acordo com Barroco e Terra (2012, p. 177): “[...] é dever do assistente social *contribuir, sendo ele ou não o responsável direto pela criação dos mecanismos burocráticos utilizados institucionalmente*, para a desburocratização das relações com o usuário, na perspectiva de democratização dos serviços e dos mecanismos institucionais”.

Contudo, o que se observa nos espaços sócio ocupacionais são limitações que o profissional sofre no decorrer de sua atuação cotidiana devido à institucionalização dos procedimentos burocrático-administrativos, ou seja, a utilização de procedimentos predeterminados que leva o profissional a circunscrever sua prática às normas e limites institucionais, acarretando, com isso, o não atendimento da demanda apresentada pelo usuário, o qual, por sua vez, acaba desistindo de um serviço ou de um direito em virtude das dificuldades impostas pela burocracia e precarização dos serviços públicos.

Na sociedade contemporânea, mais precisamente em seu processo de trabalho, o assistente social depara-se com constantes desafios para a materialização dos princípios éticos do Código de Ética, esses desafios estão presentes no cotidiano profissional, haja vista que na conjuntura atual o que se tem observado é um Estado que implementa políticas sociais cada vez mais focalizadas, seletivas e imediatistas, obrigando o profissional a garimpar entre a população

pauperizada os mais pobres, quando se trata da concessão de algum benefício ou do acesso a um programa social. Em face do exposto compreendemos o quanto é difícil para o profissional materializar os princípios que dizem respeito ao:

Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática[...] na perspectiva de superação da ordem burguesa, na medida em que tais valores são apenas formalmente assegurados, afinal, as desigualdades não permitem a sua efetivação. (BARROCO; TERRA, 2012, p. 127).

A partir desses pressupostos, entendemos que o assistente social ao atuar em meio às desigualdades oriundas de um modo de produção que vem provocando o crescimento da pauperização, tem enfrentado situações que vão de encontro com alguns princípios do CE/93, pois ao selecionar o mais pobre para receber ou acessar determinado benefício ou serviço, conseqüentemente outro usuário que também demanda o mesmo, deixará de ter sua necessidade atendida.

A realidade brasileira nos revela outro elemento que tem dificultado uma prática profissional voltada à materialização do Código de Ética do assistente social, isto porque, visualizamos além de uma conjuntura de precarização dos serviços públicos, é presente o processo de comercialização do ensino superior brasileiro, onde, se percebe nitidamente as ofensivas neoliberais no processo de formação profissional. Essa mercadorização da educação evidencia-se através da oferta de cursos de Serviço Social realizados na modalidade de ensino à distância que vem crescendo de forma acelerada no país, oferecendo uma formação aligeirada e desprovida de criticidade, acarretando assim como expressa Iamamoto (2009, p. 37) em uma:

[...] perda de qualidade da formação universitária *estimulam o reforço de mecanismos ideológicos que facilitam a submissão dos profissionais às "normas do mercado"*, redundando em um processo de *despolitização da categoria*, favorecido pelo isolamento vivenciado no ensino à distância e na falta de experiências estudantis coletivas na vida universitária.

Percebemos que o profissional que passa por esse processo de formação tenderá a desenvolver uma prática imediatista, pois o mesmo não terá condições subjetivas de realizar uma análise dos determinantes que envolvem a realidade do sujeito alvo de sua intervenção, tendo em vista que a sua formação não abrange,

suficientemente, as dimensões teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos indicadas pelas Diretrizes Curriculares, as quais fundamentam a ação desse profissional. Logo, o profissional passará a atender aos interesses do capital através do oferecimento de ações paliativas no atendimento das demandas, além de não conseguir construir uma reflexão crítica e ampliada que dê conta do movimento contraditório que perpassa seu agir cotidiano.

Contrariando a proposta da ABEPSS de oferecer uma formação crítica, comprometida com a capacitação de profissionais capazes de realizar uma apreensão da realidade dos sujeitos de sua intervenção, como também de efetivar uma prática direcionada por princípios emancipatórios contidos do PEPSS, o governo brasileiro realiza uma redução do currículo para atender aos interesses do capital, através do Conselho Nacional de Educação, como nos revela Lewgoy (2011, p. 288-289):

A redução do currículo do Serviço Social segue o parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE) de simplificação e flexibilização do processo formativo [...]. Essa redução expressa, por parte do governo, uma política de formação na perspectiva de preparação para o mercado: flexível, reduzida, diversificada e com habilidades específicas, sem a preocupação com a formação genérica e com a perspectiva de totalidade, proposta pela ABEPSS.

Essa atitude reforça o apoio do Estado no que se refere ao atendimento às exigências do grande capital, haja vista a preocupação com a formação de profissionais para desenvolverem ações puramente técnicas sem posicionamento crítico, propositivo e investigativo, apenas de executor das tarefas institucionais. Conforme Barroco e Terra (2012, p. 99),

[...] uma formação nessas condições fragiliza as potencialidades dos futuros assistentes sociais, que tendem a ingressar no mercado de trabalho de forma subalterna, sem apreender e desenvolver as possibilidades de uma prática mais enriquecedora, do ponto de vista dos valores e finalidades postos pelo CE.

Segundo as autoras, essa mercantilização do ensino vem formando e inserindo no mercado de trabalho, profissionais cada vez menos qualificados para enfrentar as implicações que lhes são apresentadas diariamente através do sucateamento dos serviços públicos, que requer do profissional um posicionamento propositivo e argumentativo na defesa dos direitos dos usuários destes serviços.

Outra circunstância que tem dificultado a efetivação do CE refere-se à formação pessoal do indivíduo, pois este nasce e vive junto a uma família e uma sociedade que transferem para ele valores já estabelecidos, tradicionalmente conservadores, os quais irão acompanhá-lo durante todo o seu desenvolvimento enquanto ser humano, contudo, ao realizar uma formação profissional se faz necessário que certos valores sejam revistos, especificamente em se tratando do assistente social, pois é requisitado a este profissional atuar junto a situações que exige certos critérios no seu trato, como por exemplo: situações que envolvem aborto, suicídio, violência contra a mulher, criança, idoso e deficiente, ou melhor, pessoas fragilizadas com que vem requerer do mesmo um posicionamento desprovido de preconceito⁷. Para tanto é preciso que o profissional no decorrer do seu exercício atente para o princípio presente no CE/93 (CFESS, 1993, p. 3) que traz “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito [...]”, entretanto o que se observa é que muitas vezes essa eliminação tem que ser iniciada a partir do próprio profissional, pois conforme os relatos apresentados no livro *O Código de Ética comentado* – como também, da observação de algumas situações vivenciadas no processo de estágio supervisionado – alguns profissionais realizam uma prática repleta de ações preconceituosas que chegam a dificultar ou até mesmo cercear o acesso do usuário a um serviço ou programa, justificando-se através de uma escolha de valor pessoal.

Em face do exposto Barroco (2010, p. 62) nos revela que isso acontece porque,

O indivíduo nasce em uma sociedade que já conta com um sistema normativo e com costumes instituídos [...] ele aprende a assimilar uma série de comportamentos e valores que passam a fazer parte de seu referencial moral e de seu *ethos* ou caráter: uma espécie de código moral que orienta suas escolhas e influencia seus julgamentos de valor.

Neste sentido, percebemos que o profissional que apresenta esse comportamento deve manter-se alerta no sentido de evitar que sua formação pessoal, ou melhor, seus valores individuais interfiram nas suas ações profissionais, até porque o usuário que procura os serviços prestados pelo assistente social, não

⁷É um **juízo pré-concebido**, que se manifesta numa **atitude discriminatória**, perante pessoas, crenças, sentimentos e tendências de comportamento. É uma ideia formada antecipadamente e que não tem fundamento sério.

deve ser prejudicado por não apresentar um comportamento em conformidade com o qual o profissional julga ser correto.

Cabe ressaltar que ao contrário desse comportamento conservador, é requisitado para o assistente social a busca pela efetivação de uma prática em consonância com o Projeto Ético-Político da profissão, desenvolvendo ações permeadas por uma ética comprometida com a emancipação da pessoa humana, respeito ao usuário e seus direitos, tratando-o como sujeito de direitos, capazes de mudar sua condição.

Ao lançarmos o olhar à denominação “ético-política” presente no atual projeto profissional do Serviço Social, Netto (2009b, p. 148) explica que “[...] a contemporânea designação de projetos profissionais como *ético-políticos* revela toda a sua razão de ser: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando se combina com uma direção político-profissional. Contudo, chamamos atenção para a reflexão de que a ruptura com valores e comportamentos conservadores é sempre relativa a condições históricas favorecedoras de questionamentos que remetem à vida cotidiana, explicitando conflitos e contradições e possibilitando novas alternativas e escolhas. Dada à dinâmica da sociedade, tais possibilidades estão potencialmente presentes na vida social, no entanto, determinados momentos históricos são particularmente propiciadores de sua expressão.

No que se refere à direção política, Barroco e Terra (2012, p. 68) revelam que o CE também se preocupou em definir as demandas políticas, tais como o *não autoritarismo, a autonomia: exigências éticas para uma ação mais livre* e para atingir *formas de realização política desejáveis*, na medida em que supõe a *não coação*. Nesse sentido, o que se observa é que o assistente social ao posicionar-se em defesa da classe trabalhadora, optando por fortalecê-la, vivencia no seu cotidiano profissional uma luta na defesa dos direitos dos trabalhadores, buscando eliminar “focos” de exploração e violações. Pois, não basta aderir aos princípios e exigências do CE, é necessário internalizá-los e buscar exercitá-los na realidade cotidiana (e adversa) do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo que ora concluímos, partiu da preocupação com a dimensão ético-política do Serviço Social, a qual compõe, juntamente com as dimensões teórico-metodológica e técnico-operativa, o tripé de sustentação do exercício profissional efetivado pelo assistente social nos diversos espaços sócio ocupacionais nos quais ele realiza sua prática. Cabe salientar que estas dimensões devem ser trabalhadas de forma indissociável, ou melhor, sob a perspectiva de unidade a fim de alcançar uma intervenção com competência que responda às demandas sociais.

A ética é entendida nesse trabalho como uma objetivação do homem, como parte da práxis social que acontece no campo das mediações. Sendo apreendida como capacidade eminentemente humana ela projeta valores diante de uma realidade concreta, nesse sentido, a presença dos valores na vida social é um fato ontológico inegável. Diferentemente dessa perspectiva, têm-se a concepção conservadora da ética, compreendida como um “conceito” abstraído da história, o qual acaba contribuindo para o ocultamento do significado histórico dos valores e para a desvalorização do potencial emancipatório da práxis ético-política.

A trajetória histórica da ética no Serviço Social foi analisada a partir do exame dos Códigos de Ética e de seus suportes ídeo-políticos que regulamentaram a atuação dos assistentes sociais, dentro de contextos econômico, político, social e cultural diferentes. Diante da análise, constatamos que os três primeiros Códigos fundamentados no neotomismo e no positivismo-funcionalismo traz para o profissional um posicionamento de neutralidade, onde este deveria tratar o sujeito de sua ação como alguém desajustado que necessitava ser corrigido moralmente. Desse modo, o profissional contribuía para a manutenção da ordem capitalista. Já nos dois últimos Códigos (1986 e 1993) podemos observar uma mudança considerável no que diz respeito ao posicionamento do profissional, cabe notar que estes Códigos são orientados pela teoria social crítica de Marx, e passam a defender os interesses da classe trabalhadora e não mais os interesses do capital ao inscrever valores e finalidades de caráter ético-político que denunciam as diversas

formas de desumanização que renovam o autoritarismo, a coisificação das relações humanas no enfrentamento da questão social mediante a lógica neoliberal.

Na sociabilidade capitalista encontramos diversos empecilhos e desafios impostos, cotidianamente, à prática profissional do Serviço Social que se encontra direcionada ao processo de materialização do Código de Ética de 1993, os quais estão presentes nos diferentes espaços sócio ocupacionais através das precárias condições de trabalho e a inoperância dos serviços públicos diante da ampla demanda. Na formação profissional, por seu turno, encontramos a comercialização do ensino superior, que fragiliza os avanços teórico-metodológicos e ético-políticos alcançados pela categoria ao imprimir um processo aligeirado e ausente de criticidade à formação profissional.

Contudo, apesar das dificuldades encontradas e das demandas institucionais que requisitam respostas profissionais cada vez mais imediatistas e fragmentadas, o profissional não deve se deixar abater, ao contrário, precisa buscar sempre que possível fortalecer sua capacidade teórica de apreensão crítica do movimento da realidade social, como também construir ações profissionais que inscrevem valores e finalidades de caráter ético-político, tendo em vista efetivar uma prática competente e comprometida com a garantia e ampliação dos direitos e contribua com o processo de emancipação humana.

REFERENCIAS

ABEPSS. **Diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social**. Brasília, 1996.

ABAS. Associação Brasileira de Assistentes Sociais. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**, São Paulo, 29 de setembro de 1947. Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1947.pdf Acesso em 15 de Janeiro de 2015.

AMADOR, Josy Ramos de Oliveira. O Exercício profissional do Serviço Social no capitalismo contemporâneo: desafios e possibilidades para a efetivação do Projeto Ético-Político. In: **Revista O Social em Questão: Trabalho no capitalismo contemporâneo**. - nº 25/26 - Ano XIV - setembro de 2011, p. 345 – 356. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/18_OSQ_25_26_Amador.pdf Acesso: 22 de Abril de 2015.

ALMEIDA, Ana Augusta. A metodologia dialógica: o Serviço Social num caminhar fenomenológico. In: **Pesquisa em Serviço Social**. ANPESS/CBCISS. Rio de Janeiro, 1980.

ASSIS, R. L. M. de. A relação entre as dimensões da formação e do exercício profissional e a particularidade do estágio supervisionado. In: **XX Seminário Latinoamericano de Escuela de Trabajo Social**. 2012, Argentina. Disponível em: http://200.16.30.67/~valeria/xxseminario/datos/2/2brMouradeAssis_stamp.pdf Acesso: 25 de Novembro de 2014.

BARROCO, Maria Lúcia S. Os fundamentos sócio-históricos da ética. In: **Capacitação em Serviço Social e política social: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Brasília: CFESS/ABEPSS: CEAD: UNB, 1999, p. 119-136.

_____. BRITES, Cristina Maria. A Centralidade da ética na formação profissional. In: **Revista Temporalis**, Brasília, ABEPSS, Ano I, nº 2, jul. a dez. 2000.

_____. Ética, direitos humanos e diversidade. In: **Presença Ética: Ética, política e emancipação humana**. Revista do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Ética. Recife, nº 3, p. 15 – 27, Dezembro, 2003.

_____. Fundamentos éticos do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS (org). **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. 1ª ed. Brasília, 2009a, p. 192 – 216.

_____. Ética e política entre a ruptura e o conservadorismo. In: **Revista Inscrita**, Brasília: CFESS, nº 12, p. 31-40, 2009b.

_____. **Ética: fundamentos sócio-históricos – 3. Ed.** – São Paulo: Cortez, 2010a. (Biblioteca Básica do Serviço Social; v. 4).

_____. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** – 8. Ed. São Paulo, Cortez, 2010b.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético – político. In: **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 106, p. 205 – 218, abr/jun. 2011.

_____. TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado.** 1ª. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CFAS. Conselho Federal de Assistentes Sociais. **Código de Ética do Assistente Social, 8 de maio de 1965.** Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1965.pdf. Acesso em 15 de Janeiro de 2015.

_____. Conselho Federal de Assistentes Sociais. **Código de Ética Profissional do Assistente Social, 30 de janeiro de 1975.** Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1975.pdf. Acesso em 15 de Janeiro de 2015.

_____. Conselho Federal de Assistentes Sociais. **Código de Ética profissional do Assistente Social, 09 de maio de 1986.** Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1986.pdf Acesso em 15 de Janeiro de 2015.

CFESS. Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social. 15 de março de 1993.** Disponível em http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf Acesso em 15 de Janeiro de 2015.

CARVALHO NETO, Cacildo Teixeira de. **Ética, ética profissional e o trabalho profissional do assistente social.** 2013. 154 f. Dissertação (Mestre em Serviço Social) — Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2013.

FALEIROS, Vicente de Paula. Confrontos teóricos do movimento de reconceituação do Serviço Social na América Latina. In: **Revista Serviço Social e Sociedade,** São Paulo, Cortez, Ano VII, nº 24 – p. 49-69, Agosto, 1987.

FORTI, Valeria Lucilia. **Ética e serviço social: formalismo, intenção ou ação? : um estudo nos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico do Estado do Rio de Janeiro.** 393 f. Tese (Doutorado em Serviço Social), - Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2008.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: **Cadernos do Programa de Capacitação Continuada para Assistentes Sociais,**

“Capacitação em Serviço Social e Política Social”, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília, CFESS/ABEPSS- UNB, 2000.

_____. O Projeto Profissional Crítico: estratégia de enfrentamento das condições contemporâneas da prática profissional. In: **Revista Serviço Social e Sociedade: Projeto Profissional e Conjuntura**. n. 91 – Ano XXVIII – setembro de 2007. p. 5 – 31.

_____. **A instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A Questão Social no capitalismo. In: **Temporalis/ABEPSS**. Ano 2, n.3 (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Grafile, 2001.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: ensaios críticos**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009.

_____. CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34. ed. , São Paulo, Cortez, 2011.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 23ª ed. São Paulo, Cortez, 2012.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 8. ed. - São Paulo, Cortez, 2014.

KOHAN, Néstor. **Dicionário básico de categorias marxistas**. s/d. Disponível em: <<http://pcb.org.br/portal/docs1/texto3.pdf>>. Acesso em: 20 de Abril de 2015.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. A política de educação superior e a formação Profissional em Serviço Social. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 3, n.2, p. 284-299, jul./dez. 2011.

Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4834970> Acesso em: 24 de Março de 2015.

LOPES, Fatima Maria Nobre, **LUKÁCS: estranhamento, ética e formação humana**. 176 f. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Ceará - UFC. Faculdade de Educação, Fortaleza, 2006.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 7. ed. – São Paulo, Cortez, 2009a.

_____. A construção do projeto ético político do Serviço Social. In: **MOTA, A. E. et al. Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2009b.

PIRES, Sandra Regina de Abreu. **Técnica**: uma aproximação histórico-conceitual. Serviço Social em Revista. n. 07. Paraná: Universidade Estadual de Londrina/Departamento de Serviço Social, 2005, s.p. Revista eletrônica.

SANTOS, Claudia Monica dos; NORONHA, Karine. O estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social: uma perspectiva crítica. In: Forti, V.; Guerra, Y. (orgs.). **Serviço Social: temas, textos e contextos**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Ética e Serviço Social: fundamentos e contradições. **Revista Katálysis**, volume 14 nº 2, Florianópolis Julho/Dezembro. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802011000200008 Acesso em: 04 de Fevereiro de 2015.

SASSO DE LIMA, Telma Cristiane; TAMASO MIOTO, Regina Célia; DAL PRÁ, Keli Regina. A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo. **Revista Textos & Contextos**, volume 6. Porto Alegre, 2007.

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321527160010>. Acesso em 04 de Dezembro de 2014.

SILVA, Rosane Durval da. A Ética na Formação Profissional em Serviço Social: superação e desafios. In: **XX Seminário Latinoamericano de Escuela de Trabajo Social**. 2012, Argentina. Disponível em: http://200.16.30.67/~valeria/xxseminario/datos/2/2brMouradeAssis_stamp.pdf Acesso: 25 de Novembro de 2014.

TEIXEIRA, Joaquina Barata; BRAZ, Raul. O projeto ético-político do Serviço Social. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009.

TONET, Ivo. Ética e Capitalismo. In: **Contra o pragmatismo e a favor da filosofia da práxis**: uma coletânea de estudos classistas. JIMENEZ, Susana e outros (orgs). Fortaleza: UECE/IMO, 2007, p. 47-62. Disponível em: <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/index.html> Acesso em: 05 de Fevereiro de 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília, 2009.

